

# IDEIAS EM RESSONÂNCIA: UMA CARTA AOS PROFESSORES SOBRE RAÇA, GÊNERO E SUAS INTERSECÇÕES

**Antônio Augusto Oliveira Gonçalves**

<antonioaugusto.sociais@hotmail.com>

<http://lattes.cnpq.br/9278970249460014>

Doutorando em Antropologia Social, linha de pesquisa: Etnopolíticas, resistências e transformações epistemológicas

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFG).

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.

**Flávia Valéria Cassimiro Braga**

<flavia\_valeria@yahoo.com.br>

<http://lattes.cnpq.br/2099099256119114>

Doutoranda em Antropologia Social, linha de pesquisa: Corpo e marcadores sociais da diferença.

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFG).

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.

Professora da Universidade Estadual de Goiás, Campus Silvânia, Silvânia, Goiás, Brasil.

**Paulo Brito do Prado**

<paulobritogo@yahoo.com.br>

<http://lattes.cnpq.br/9639161981901072>

Doutor em História, linha de pesquisa: História contemporânea “cultura e sociedade”.

Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFF).

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Doutorando em Antropologia Social, linha de pesquisa: Corpo e marcadores sociais da diferença.

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFG).

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.

Professor da SEDUC-GO, Cidade de Goiás, Goiás, Brasil.

## RESUMO

Esta comunicação tem como objetivo propor diálogos sobre o trabalho de professores e dar ressonância a várias questões em torno da raça, do gênero e de suas intersecções. Pretendemos conversar sobre ataques intensos e constantes ao trabalho da docência desde a educação básica até o ensino superior e elucidar que neste campo em disputa disciplinas voltadas ao ensino das ciências humanas e seus professores passaram a sofrer sistemática perseguição. Acreditamos que o combate a debates relativos a raça, gênero, classe e suas intersecções tem promovido um solapamento do direito de ensinar e de aprender. Primeiramente pretendemos conversar sobre como nós estamos abordando assuntos ligados ao racismo em sala de aula e questionar se estamos também colocando em jogo a questão das intersecções, porque é sobre isso que queremos tratar neste momento. Também pretendemos lembrar que nós de ‘humanas’ lidamos com um universo de questões muito incômodas e inquietadoras, o que não poderia ser diferente, nossas aulas ventilam nossas pesquisas, nossas leituras e nossas discussões históricas, e, talvez, isso nos deixe mais ainda à mercê das políticas educacionais do neoliberalismo, haja vista que nós estamos amiudamente mais rechaçados que outras áreas.

**Palavras-chave:** Gênero; Raça; Intersecções; Ensino.



Muitos professores doutrinadores estarão inconformados e revoltados. Muitos não conseguirão disfarçar sua ira e farão da sala de aula uma audiência cativa para suas queixas político-partidárias em virtude da vitória do Presidente Bolsonaro. Filme ou grave todas as manifestações político partidárias ou ideológicas que humilhem ou ofendam sua liberdade de crença ou consciência. Denuncie! Envie o vídeo para [...], descreva o nome do professor, o nome da escola e a cidade. Garantimos o anonimato dos denunciantes. (Ana Caroline Campagnolo. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1578990362200714>>. Acesso em: 31 out. 2018)

#### Nota De Repúdio

Os sindicatos representantes dos trabalhadores em educação das redes pública e privada municipal, estadual e federal do Estado de Santa Catarina denunciam com perplexidade a publicação da candidata eleita Ana Caroline Campagnolo (PSL), no último dia 28 de outubro, logo após a divulgação dos resultados do segundo turno das eleições 2018, na qual a mesma orienta estudantes a filmar os professores em sala de aula para denunciá-los por uma suposta "doutrinação".

Esse tipo de ameaça publicada em rede social é um ataque à liberdade de ensinar do professor (liberdade de cátedra), tipicamente aplicado em regimes de autoritarismo e censura. É mais grave ainda por partir justamente de alguém recém-eleita para um cargo público, e que deveria fiscalizar o cumprimento das leis. [...]

O histórico da candidata eleita é repleto de perseguições, provocações e desrespeitos ao magistério, além de constantes manifestações públicas de incitação à violência. Já declarou que o problema da educação é que "os professores só pensam em dinheiro e seu salário". Em sua página nas redes sociais, trata os professores como inimigos que precisam ser "desmascarados".

Campagnolo também teve uma ação julgada improcedente contra uma professora da UDESC. Neste caso, mais de 30 entidades da América Latina se manifestaram a favor da professora Marlene e contra a candidata eleita.

A lei da mordaza ("Escola Sem Partido") em que a deputada baseia seus ataques já foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e considerada censura e afronta à liberdade de expressão de estudantes e professores pela Organização das Nações Unidas (ONU). [...] (Disponível em: <<https://www.facebook.com/sintrasem/posts/2259799780965912?>> Acesso em: 31 out. 2018).

## UMA CARTA AOS PROFESSORES

Esta comunicação tem como objetivo propor diálogos sobre o trabalho de professores e dar ressonância a várias questões em torno da raça, do gênero e de suas intersecções. Nos últimos quatro anos temos percebido ataques intensos e constantes ao trabalho da docência desde a educação



básica até o ensino superior. Neste campo em disputa disciplinas voltadas ao ensino das ciências humanas e seus professores passaram a sofrer sistemática perseguição. Acreditamos que o combate a debates relativos a raça, gênero, classe e suas intersecções tem promovido um solapamento do direito de ensinar e de aprender.

Embora a pluralidade de ideias, a diversidade cultural, o direito à liberdade de expressão e tantos outros debates fortemente conectados à constituição da nação brasileira persistam amparados pela Carta Magna de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei n.º 9394), leis que protegem o patrimônio cultural brasileiro e em tantas outras leis, nós, os professores, temos enfrentado embates e ataques cotidianos ao nosso direito de ensinar, de aprender e de nos formarmos. O medo de vermos solapado nosso direito de exercer a profissão de professor justifica a proposição desta carta e dos temas presente nela.

Primeiramente precisamos conversar sobre como nós estamos abordando assuntos ligados ao racismo em sala de aula e questionar se estamos também colocando em jogo a questão das intersecções, porque é sobre isso que queremos tratar neste momento.

Nos anos 1950 o sociólogo brasileiro Oracy Nogueira (2006 [1954]), considerou a existência de uma onipresença do racismo em nosso *ethos* cultural, observando que no caso brasileiro sobrepõe o “preconceito de marca” (pessoas são avaliadas além da questão da cor, o que determina diferentes graus de preterição, variando conforme certas ‘superioridades inegáveis’), estando tudo isso de forma muito indefinida e disfarçada, embora ele não tenha lamentavelmente incluído abertamente a questão do gênero.

Mais recentemente Kimberle Crenshaw (1993) e outros autores passaram a discutir sobre a interseccionalidade. Ela defende tal abordagem como uma questão urgente e crítica quando determinados estudos ficam pautados em dimensões identitárias, ou seja, sob um mesmo viés. Ignorar os cruzamentos entre as várias formas de discriminação contra as minoras sociais prejudica o debate sobre a questão das intersecções, que por diversas vezes envolvem racismo e sexismo.

Quando entramos no campo do preconceito racial e relacionamos em sala de aula questões cotidianas em abordagens históricas e socioantropológicas com nossos alunos, nos esbarramos sempre com as intersecções, inclusive nas estatísticas, porque geralmente a violência se dá pelo reforço de estereótipos.



As mulheres negras são as que mais morrem no crime de feminicídio, são 68,8% das vítimas (de acordo com dados do Ministério da Justiça, 2015). Quando discutimos também a questão do Índice de Homicídio de Adolescentes no Brasil (IHA; 2014), descobrimos que o risco de um adolescente negro morrer por homicídio é quase três vezes maior que os adolescentes brancos, aqui os fatores classe e raça estão também interseccionados.

Desta forma, os inumeráveis casos de violências interseccionadas também acontecem nas escolas, o que tem mostrado que os profissionais da educação ainda não estão preparados para manejar ocorrências que envolvam racismo, crises de identidade de gênero, práticas de homofobia e o sexismo. Este despreparo tem refletido na evasão de jovens em casos de *bullying* e até na morte de adolescentes, vítimas destas modalidades de violências.

É pensando em toda esta conjuntura social que acreditamos ser o ensino sobre interseções uma prática fundamental para a constituição, entre os estudantes, de uma consciência de raça, classe e gênero, pois como já falava Paulo Freire se não há vida sem correção e sem retificação, não há vida sem consciência e solidariedade. Só isto pode barrar a constituição de consciências racistas, machistas, sexistas e intolerantes. “Não é no silêncio que os homens e as mulheres se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (1987, p. 78), por isto fazemos aqui a defesa de uma educação que não seja neutra dentro da escola. Ao eliminar esse debate, estaríamos contribuindo para a persistência das violências contra pessoas mais vulneráveis. Fecharíamos nossos olhos para o racismo e para a homofobia.

Todavia, o movimento Escola Sem Partido (ESP) não precisa ser aprovado por lei para ganhar materialidade, ele já está em circulação e suas dimensões são preocupantes. E não existe um projeto apenas, são inúmeros projetos de lei que estão tramitando na Câmara dos Deputados a fim de combater o “doutrinação” na sala de aula, suas intenções são audaciosas, debates sobre gênero, classe e raça estão na mira de perseguição. Neste momento, sob o prenúncio de possível aprovação de leis deste tipo, professores já estão sendo intimidados e punidos com notificações extrajudiciais e processos para que deixem de abordar estas questões.

Não é surpresa comentar que alunos, pais de alunos e inclusive colegas professores estejam sendo cooptados a colaborar com este programa, seus organizadores estão repassando orientações via redes sociais e colhendo denúncias contra quaisquer professores que arejem ideias



que insinuem “doutrinação” de gênero, sexualidade e esquerdismo. Há inclusive um aplicativo para celulares *smartphones* chamado ‘Escola Sem Partido’ (mesmo nome do movimento) para orientar e receber denúncias contra professores, num panóptico foucaultiano cabulosamente planejado, em que professor não tem mais liberdade para ensinar, ele pode ser fotografado, filmado ou ter sua aula gravada para fins de acusação de ser um “doutrinador” por preparar aulas que produzam reflexões sobre violência de gênero, intolerância religiosa, homofobia, racismo, etc.

Três dias após a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais do 2-º turno, foi marcada uma reunião ordinária na Câmara dos Deputados em Brasília ( 31 out. 2018), tendo como pauta a votação do projeto do deputado federal Flávio Augusto da Silva (PL 7180/2014), que prevê a instauração legal do voluptuoso programa Escola sem Partido, porém, a votação foi adiada. Naquele momento, havia um número significativo de pessoas aguardando assistir a votação, e o grupo contrário ao projeto era maioria. A notícia de suspensão da sessão foi dada pelo deputado Marcos Rogério (DEM-RO), que informou que a votação foi remarcada para a próxima semana, ou seja, para a primeira semana de novembro deste mesmo ano e noticiou também que esta sessão poderá ser fechada.

Também é importante comentar que logo após a vitória do presidente eleito, mais precisamente no dia seguinte da sua vitória, a deputada eleita de Santa Catarina pelo PSL, Ana Caroline Campagnolo, também professora de história, incitou em redes sociais que alunos pudessem fazer denúncias contra seus professores e incentivou abertamente a perseguição a eles, estimulando estudantes a gravarem ou filmarem as aulas com seus celulares. Gostaríamos de fazer a ressalva que Ana Caroline ficou famosa nas redes sociais por processar sua ex-orientadora de mestrado, alegando ter sofrido preconceito religioso e ideológico e que isso foi o pontapé de sua escalada política.

Queremos tocar noutro ponto importante. Em segundo lugar, queremos lembrar que nós de ‘humanas’ lidamos com um universo de questões muito incômodas e inquietadoras, o que não poderia ser diferente, nossas aulas ventilam nossas pesquisas, nossas leituras e nossas discussões históricas, e, talvez, isso nos deixe mais ainda à mercê das políticas educacionais do neoliberalismo, haja vista que nós estamos amiudamente mais rechaçados que outras áreas. Parte significativa dos temas que estão sendo produzidos por nós nas pós-graduações (basta fazer uma verificação simples através das palavras-chave das dissertações e teses defendidas), está relacionada às interseções.



Nós formamos sujeitos/as potencialmente “esquerdistas” e “ativistas”? Somos todos nós o receptáculo da “ideologia de gênero”? Será que o nosso referencial bibliográfico conspira tanto assim contra a “ordem” de algum sistema?

O que sabemos é que de tempos para cá, as políticas educacionais estão nos ladeando cada vez mais. A situação pareceu ter se agravado por conta do contexto de instabilidade política. Acontecimentos como o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (2016), as denúncias de um possível golpe, o aumento do desemprego (em média de 14,7 milhões), os escândalos de corrupção e o fortalecimento de representações políticas oriundas de grupos religiosos neopentecostais (Partido Social Cristão - PSC) colocou-nos diante de difíceis desafios, pois estamos diante de um consenso institucional de “caça às bruxas” aos professores de humanas.

No ano de 2017 o ministro da educação José Mendonça Filho dissolveu o Fórum Nacional de Educação (FNE). Deste órgão foram retiradas entidades como a Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Universidades Brasileiras (Fasubra), a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e outras. No lugar foram inseridas entidades fortemente comprometidas com a privatização e a precarização do ensino público: o Sistema S e a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Neste mesmo ano (2017) foi aprovada a Lei n.º 13.415/2017, cujo projeto estabelece a Reforma do Ensino Médio, que dentre suas consequências está o esvaziamento das escolas de professores de nossas áreas de conhecimento, hierarquizando os saberes sob a proclamação de uma intenção utilitarista do ensino público. Somado a isso, temos também presenciado a redução de vagas no Ensino Superior nas áreas de licenciatura nas universidades públicas. Tivemos recentemente a notícia de que a Universidade Estadual de Goiás decidiu extinguir os vestibulares para o ano de 2019 (ano que vem) voltados para os cursos de licenciatura em geografia, história e pedagogia (em vários câmpus desta IES).

Outra política inquisitória que enfrentamos é em relação à nossa qualificação na pós-graduação, um exemplo disso é o descredenciamento pela CAPES do curso de doutorado no PPGS-UFG (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás), implicando seriamente na produção de pesquisas nesta área de estudo. Noutros programas de pós-graduação,



além da ameaça iminente de novos descredenciamentos, prepondera também a questão da crise no financiamento da pesquisa e pós-graduação, com reduções de oferta de bolsas tanto da CAPES como também da FAPEG, dificultando cada vez mais não só a entrada de novos pesquisadores, mas também a permanência daqueles que já estão nestes programas. Pensando em tudo o que apontamos nota-se que as possibilidades de debate tendem a se tornar menos fecundas ao desenlace de uma consciência de gênero no interior das escolas brasileiras. Por outro, vê-se que a contextura das políticas nacionais tem caminhado na contramão de debates teóricos realizados no interior das ciências sociais e humanas.

Estranhamente, as políticas públicas brasileiras ao invés de incorporarem as implicações das intersecções produzidas nos debates teóricos, tendem a ignorá-las. Isto tem implicado na exiguidade da “casa da diferença” e na redução de compreensões dos agentes que caminham numa direção dessemelhante do que se foi socialmente estabelecido/arbitrado. Todo este movimento tem contribuído para o aparecimento de confusões, estratégias de apagamento e interrompido o debate sobre raça, classe, gênero e sexualidade nas escolas brasileiras.

Mediante o exposto, apontamos que as intersecções ainda não são categorias de observação social encaradas com a seriedade e o zelo que precisariam ser. E isto tem gerado uma miríade de problemas que tornam difíceis de compreender o “diferente”, o outro, as outras sexualidades ou aquele que vai ao sentido contrário do modelo branco, heterossexual e do “naturalizado”, tudo isso colabora com disseminação da “ideologia do dom”, discussão abordada por Bordieu sobre a justificativa escolar em que as desigualdades sociais são transformadas em desigualdades de competências (Bonnewitz; 2003).

Contrariando a pergunta da epígrafe afirmamos que ensinar intersecções nas escolas é o mecanismo para se evitar o apagamento da diversidade e abolir violências potencialmente mais severas contra a juventude brasileira contemporânea, em que quanto maiores as intersecções, mais atenuantes são as violências praticas contra ela.

Enfim, encerramos esse texto sem ainda saber como será o nosso futuro nos próximos anos, sabemos que ainda teremos muito desafios a vencer, visto que esta carta está sendo escrita no dia 31 de outubro de 2018, a exatos três dias após o 2-º turno das eleições presidenciais no Brasil.

Atenciosamente,



Antônio Augusto Oliveira Gonçalves  
Flávia Valéria Cassimiro Braga Melo  
Paulo Brito do Prado  
(Professores da área de ciências humanas)

## REFERÊNCIAS

- BONNEWITZ, Patrice. “Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu”. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. “MappingtheMargins”: Intersectionality, Identity Politics, and ViolenceAgainst Women of Color. In: Stanford Law Review 43(6). Stanford: Stanford Law Students, 1991
- FREIRE, Paulo. “Pedagogia do oprimido”. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HARAWAY, Donna. “‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra”. In: *CadernosPagu*(22). Campinas: Unicamp, 2004.
- NOGUEIRA, Oracy (2006 [1954]). “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem”. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 287-308.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gênero e história*. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.
- SPIVAK, GayatriChakravorty. *Pode o subalterno falar?*Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.